

OFICINA

CONSELHO DE CLASSE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES

Andréia M. B. Bambinetti
Simão Alberto

- 2023



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT

Título

Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado: características e possibilidades

Autores

Andréia M. B. Bambinetti
Simão Alberto

Projeto Gráfico, capa e diagramação

Leandro Vendrami

Imagens utilizadas

Canva.com

B1990	Bambinetti, Andréia M. B. Oficina: conselho de classe no ensino médio integrado: características e possibilidades / Andréia M. B. Bambinetti; Simão Alberto. -- Blumenau, 2023. 16 p.: il. Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica – Instituto Federal Catarinense, Blumenau, 2023). Orientador: Simão Alberto. Inclui referências. 1. Conselho de Classe. 2. Ensino Médio Integrado. Instituto Federal Catarinense. 3. Educação Profissional e Tecnológica. 4. Oficina. I. Alberto, Simão. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título. CDD 371.26
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária:
Shyrlei K. Jagielski Benkendorf – CRB 14/662



Descrição Técnica do Produto

Origem do Produto Educacional: A oficina “Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado: características e possibilidades” foi construída durante a pesquisa de mestrado profissional “Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica: a compreensão dos docentes e equipe pedagógica, numa perspectiva de formação integral.”, desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Nível de ensino a que se destina: Diferentes níveis de ensino.

Área de conhecimento: Ensino.

Público-alvo: Educadores e estudantes de cursos de formação de professores.

Categoria deste produto: Oficina.

Finalidade: A oficina “Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado: características e possibilidades”, pretende, a partir da reflexão teórico prática fomentar a discussão coletiva acerca da organização e prática do Conselho de Classe do Ensino Médio Integrado.

Registro do produto: Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), Campus Blumenau.

Avaliação do produto: O produto foi avaliado pelos participantes da oficina ao final da aplicação do Produto Educacional. Ele também foi avaliado e validado pelos professores componentes da banca de defesa da dissertação de mestrado do ProfEPT.

Disponibilidade: Irrestrita, garantindo-se o respeito de direitos autorais, não sendo permitida a comercialização.

Divulgação: Digital.

Instituição envolvida: IFC.

URL: Produto acessível no repositório da EduCapes.

Idioma: Português.

Cidade: Blumenau.

País: Brasil.

Ano: 2023

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
ESTRUTURA DA OFICINA	7
Primeiro momento	8
Segundo momento	8
Terceiro momento	8
Quarto momento	9
Quinto momento	15
Sexto e sétimo momentos	16
REFERÊNCIAS	17

Apresentação



Ao investigar como os profissionais da educação, em especial, docentes do Ensino Médio Integrado e equipe pedagógica, do Instituto Federal Catarinense, Campus Brusque compreendem a função do Conselho de Classe, identificou-se que o Conselho de Classe no IFC Campus Brusque tem uma estrutura que atende ao esperado, dentro daquilo que é planejado. É organizado adequadamente, dentro das possibilidades, porém, em função do tempo e do foco na figura dos estudantes, há carência de momentos para discutir as práticas pedagógicas e o papel do docente. Este órgão pode proporcionar a auto-avaliação dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, numa perspectiva de reflexão diagnóstica, tanto do desenvolvimento dos estudantes, como da prática docente e da instituição.

Desta feita, a proposta do produto educacional em formato de oficina, surgiu com os seguintes questionamentos: a) de que forma construir um produto que possa contribuir com o processo de reflexão e construção do conhecimento, organização e prática do Conselho de Classe? Qual será o público que participará da aplicação do produto educacional? Será que este formato de produto e a sua aplicação serão acessíveis a este público? Quais as contribuições possíveis deste produto?

O produto educacional constituiu-se na oficina “Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado: características e possibilidades”, aplicada durante a Formação Pedagógica, no início do ano letivo de 2023, ofertada aos servidores do IFC Campus Brusque. Esta formação, foi realizada durante os dias 01(um), 02(dois) e 03(três) de fevereiro. A oficina - produto educacional da pesquisa exposta neste artigo - aconteceu no dia 03(três) de fevereiro, das 13h30min

às 16h30min e, em acordo com a Direção Geral e Direção de Ensino do Campus, constituiu-se enquanto ação do NuPe (Núcleo Pedagógico) para compor carga horária e certificação de Formação Pedagógica do Campus. Por este motivo, os participantes - docentes e os Técnicos Administrativos em Educação - foram convocados pela Direção de Ensino do Campus. A data de aplicação da oficina foi definida junto ao NuPe, levando em consideração as temáticas a serem discutidas durante a formação.

O objetivo da oficina, enquanto produto educacional, foi tornar mais compreensível aos docentes e técnicos que atuam no ensino médio integrado do IFC - Campus Brusque, a função do conselho de classe nos cursos de ensino médio, da Educação Profissional e Tecnológica, numa perspectiva de formação integral. Os docentes e técnicos tiveram a possibilidade de compreender as particularidades do conselho de classe na EPT e, dessa forma, reconhecerem-se nesse espaço coletivo de avaliação, reavaliação e autoavaliação do processo ensino e aprendizagem.

A aplicação do produto educacional, possibilitou a participação ativa do grupo no planejamento e organização do Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica de 2023, do Instituto Federal Catarinense, Campus Brusque, visando a reflexão da organização e prática deste órgão e as possibilidades de futuras ações.

Estrutura da Oficina



Duração: 03 (três) horas.



Público: Docentes e Equipe Pedagógica do IFC *Campus Brusque*

- **1º MOMENTO:** Organização do Espaço
- **2º MOMENTO:** Recepção e Apresentação
- **3º MOMENTO:** Reflexão Inicial
- **4º MOMENTO:** Referencial Teórico
- **5º MOMENTO:** Diálogo e Construção Coletiva
- **6º MOMENTO:** Avaliação da Oficina
- **7º MOMENTO:** Café de Integração e Encerramento

1º Momento

Organização do Espaço

Sala com carteira, cadeira, canetas, questionário de avaliação impresso, notebook e projetor de vídeo. Dependendo do espaço e da quantidade de participantes, pode ser organizado um círculo. Antes de iniciar a oficina é importante verificar a climatização e testar a apresentação.

2º Momento

Recepção dos Servidores

Apresentação do profissional que conduzirá, objetivo e passos da oficina.

Objetivo da oficina: tornar mais compreensível aos profissionais da educação, a função do conselho de classe nos cursos de ensino médio, da Educação Profissional e Tecnológica, numa perspectiva de formação integral. Os docentes e técnicos terão a possibilidade de compreender as particularidades do conselho de classe na EPT e, dessa forma, reconhecerem-se nesse espaço coletivo de avaliação, reavaliação e autoavaliação do processo ensino e aprendizagem.

3º Momento

Reflexão Inicial

Exibição de um recorte do filme
"Um sonho possível"

Questões norteadoras para reflexão sobre o vídeo exibido:

- Qual o nosso público alvo?
- Quem são os estudantes que estamos recebendo?
- Por que eles escolheram estudar aqui?
- Quais as dificuldades e potencialidades dos nossos estudantes?
- Será que conhecemos nossos estudantes?
- O que esperamos dos nossos estudantes?
- Onde eles querem chegar?



 <https://www.youtube.com/watch?v=e5iPhXFcvMY>



4º Momento

Referencial Teórico

O Conselho de Classe e a avaliação da aprendizagem: um repensar necessário da prática pedagógica.

Ao falar em formação integral do ser humano, faz-se necessário uma reflexão sobre a avaliação, pois ela é intrínseca ao processo de ensino e aprendizagem, bem como em todas as relações. Somos avaliados e avaliamos, no trabalho, na família, no trânsito, nos espaços que ocupamos. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem torna-se uma dessas especificidades da avaliação no sentido mais amplo.

Numa perspectiva de formação integral, na qual importa o desenvolvimento de todas as potencialidades e não a formação tecnicista e fragmentada, é fundamental uma concepção de uma avaliação baseada na emancipação e formação de cidadãos capazes de refletirem e transformarem o mundo do trabalho.

Na concepção emancipatória de ensino, a aprendizagem é processual, dinâmica e contínua. Portanto, quando o Conselho de Classe se limita a discutir uma simples aprovação ou reprovação dos educandos sob sua responsabilidade, lida com a avaliação de aprendizagem, de forma controversa. A prática equivocada do processo de avaliação, refere-se aos conceitos de avaliação e exame, que diferem entre si. E quais seriam as diferenças entre exame e avaliação? A esse respeito Luckesi (2000), afirma que examinar é algo pontual, classificatório e seletivo. Já a avaliação é processual, dinâmica e inclusiva. Ou seja, o exame considera o aqui e agora, enquanto para avaliação importa o caminho seguido até o momento e o planejamen-

to futuro. O exame é classificatório pois não possibilita ao sujeito manifestar novas qualidades. A avaliação é dinâmica ao preocupar-se em reorientar o estudante para que consiga alcançar resultados satisfatórios ou mais satisfatórios.

Num ato inicial de acolhimento do professor com o estudante, abre-se espaço para construção de vínculo e para o movimento de inclusão, oposto ao exame que é seletivo e exclui parte da população escolar.

A tendência examinadora, tem suas raízes no século XVI, com pedagogia jesuítica e comeniana. Essa tendência permanece até hoje e para superá-la, necessitamos conhecer seus efeitos na educação. Vivemos numa sociedade onde a conquista só tem sentido quando passa pelo sacrifício. Nessa perspectiva, os exames são aplicados como forma de penalidade ao erro, desconsiderando a formação integral e o ser humano como indivíduo em construção.

De acordo com Luckesi (2000), a avaliação da aprendizagem deve pautar-se numa visão construtivista, de ser em movimento e em construção. Nessa concepção, o educador tem a função de acolher o estudante, nutrir de conhecimentos e confrontá-lo amorosamente, mas não numa visão romantizada e sim num sentido de provocar a reflexão e a constante busca do conhecimento. Nesse processo, vai se construindo a avaliação que diagnostica, sinaliza as dificuldades e potencialidades e com isso, reorienta o processo de ensino e aprendizagem.

Partindo desse princípio a avaliação pode ser considerada com pista de duplo sentido, pois o educador também faz parte do processo de avaliação. Ou seja, tanto o educador como o educando são avaliados. No processo de avaliação o educador precisa sentir-se incomodado com sua prática pedagógica e desejar mudança. Desta feita, como educadores precisamos nos reeducar para compreender que o processo de avaliação é diferente de provas, trabalhos, boletim.

A nota, tem se tornado a própria avaliação, enquanto que deveria ser somente um registro. A avaliação é um processo amplo e complexo, que levará tempo, investimento e superação de muitas dificuldades para que essa experiência seja culturalmente efetivada.

Baseados na utopia de contribuir para a formação integral, torna-se necessário pensar no Conselho de Classe como parte desse processo amplo, dinâmico e inclusivo.

De acordo com LIBÂNEO (2001), o Conselho de Classe,

É um órgão de natureza deliberativa quanto à avaliação escolar dos alunos, decidindo sobre ações preventivas e corretivas em relação ao rendimento dos alunos, ao comportamento discente, às promoções e reprovações e a outras medidas concernentes à melhoria da qualidade de oferta dos serviços educacionais e ao melhor desempenho escolar dos alunos (p. 6).

DALBEN (2004), define o Conselho de Classe como:

Órgão colegiado, presente na organização da escola, em que vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos, das diversas turmas, séries ou ciclos (p. 31).

SURH (2022) aponta que:

É, portanto, necessário reunir os diversos envolvidos nesse processo para, coletivamente analisar o panorama da aprendizagem num dado momento e tomar decisões acerca de ações a serem tomadas. Esse é o papel do conselho de classe, órgão colegiado da escola em que diversos profissionais que atuam com uma turma (ou os diversos professores de uma mesma série/ano) juntam-se à equipe pedagógica para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas/séries a cada bimestre/trimestre e o que ele indica, bem como apontar alternativas para garantir a aprendizagem (p. 147).

Apesar dos autores enfatizarem que o Conselho de Classe reflete e delibera sobre a avaliação e o desempenho dos estudantes, isso não significa que excluem do processo de avaliação, a influência da prática pedagógica, a importância da autoavaliação docente, o papel do educador, da gestão e da instituição como um todo, enquanto partes desse processo avaliativo e protagonistas para o planejamento de futuras ações que colaborem para resultados mais satisfatórios de todos os envolvidos.

Moraes, Stella e Teruya (2011, p.13234), reforçam que “os conselhos de classe deveriam ser momentos muito especiais, para uma leitura e reflexão do que ocorre no cotidiano escolar, incluindo as práticas professorais. além dos/as alunos/as”.

Para entender melhor de onde vem essa concepção classificatória do Conselho de Classe, é importante saber que a origem do Conselho de Classe é recente. Data da década de 1940, na França, baseado num caráter seletivo e numa perspectiva dualista, direcionando os estudantes daquela época para o ensino clássico ou técnico. Foi trazido para o Brasil, em meados de 1970. Porém, nenhuma legislação nacional trata especificamente sobre este órgão colegiado. Apesar de não estabelecer a obrigatoriedade do Conselho de Classe, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 14º aborda que,

os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Cabe, portanto, ressaltar que os conselhos escolares não são sinônimos de Conselho de Classe, porém, é a única referência mais próxima, na legislação. Nessa linha, seguindo os princípios da LDB, conforme artigo citado, o Instituto Federal Catarinense criou a Organi-

zação Didática dos Cursos do IFC. Cabe destacar que até 2021, existiam resoluções específicas para cada modalidade de ensino. A Resolução nº010/2021 do IFC, uniu a Organização Didática de todas as modalidades em um documento unificado. A Organização Didática, “dispõe sobre as normas e procedimentos acadêmicos dos cursos em seus diferentes níveis, formas e modalidades” (Art. 1).

De acordo com o Art. 191 da Organização Didática o Conselho de Classe além de ser um órgão consultivo e deliberativo, é:

Espaço de debate que avalia o andamento do trabalho pedagógico, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, a aprendizagem dos estudantes e a autoavaliação das práticas docentes, conduzindo ao diagnóstico das dificuldades dos estudantes e apontando as mudanças necessárias e encaminhamentos pedagógicos.

Já o Art. 192 destaca as finalidades do conselho de classe:

I - analisar dados referentes ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem, da relação docente-estudante, relação entre os próprios estudantes e outros assuntos específicos da turma;
II - avaliar a prática pedagógica e os resultados das estratégias de ensino;
III - sugerir ações pedagógicas a serem adotadas, visando superar as dificuldades diagnosticadas, analisando as potencialidades, fragilidades e rendimento escolar;
IV - deliberar a respeito de assuntos pertinentes à aprovação, reprovação e formas de recuperação dos estudantes, pautando-se em critérios baseados no desempenho escolar e acompanhamento do estudante.

Em suma, por se tratar de um espaço coletivo que contribui para a organização efetiva da vida acadêmica dos sujeitos, o Conselho de Classe, assume também o protagonismo de um espaço avaliativo e auto-avaliativo do processo de ensino e aprendizagem como um todo.

Nunca é demais lembrar que todas as discussões e tomadas de decisões no decorrer do conselho precisam ter como referência aspectos qualitativos, tais como o avanço do aluno, as ações que cada professor tomou no decorrer do bimestre/trimestre para recuperar a aprendizagem, o desempenho em todas as áreas do conhecimento, as situações de inclusão, as condições da escola que possam ter interferido, dentre outros (Suhr, 2022, p. 152).

Trata-se de uma reflexão diagnóstica, tanto do desenvolvimento dos estudantes, como da prática docente e da instituição, que deverá refletir no planejamento futuro. Esse movimento coletivo traz em si a potencialidade de subsidiar as próximas ações da escola e das famílias dos estudantes, no sentido de acompanharem as possíveis dificuldades e avanços do processo ensino-aprendizagem, contribuindo efetivamente para uma formação integral, omnilateral e emancipatória.

5º Momento

Diálogo e Construção Coletiva

Organização, **no coletivo**, do Conselho de Classe anual.

Sugestões de ações para serem realizadas:

- Construção de um **documento norteador**, para organização e funcionamento do Conselho de Classe;
- Elaboração e/ou revisão da base de dados que é utilizada. Nesse caso, podem ser revistos os critérios e parâmetros utilizados nos anos anteriores, com base nas experiências anteriores;
- **Espaço para discussões** de novas ideias e estratégias.



[Documento Norteador](#)



[Planilha de Acompanhamento Permanente](#)

6° e 7° Momentos

Avaliação da Oficina e Encerramento com Café de Integração

Para a avaliação do produto educacional, foi utilizado um questionário avaliativo impresso, sendo que os dados pessoais dos participantes foram devidamente preservados.

Questionário para Avaliação do Produto Educacional

Questionário para avaliação e validação do Produto Educacional desenvolvido na forma de Oficina, denominada " Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado: Características e Possibilidades", vinculado à pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica intitulada " O Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica: a compreensão dos docentes e equipe pedagógica, numa perspectiva de formação integral".

Tendo em vista o desenvolvimento e a aplicação do Produto Educacional no dia 03 (três) de fevereiro do ano corrente, durante a Semana de Formação Pedagógica do IFC *Campus* Brusque, segue o questionário composto por cinco questões fechadas e uma aberta, para avaliação da aplicabilidade do referido Produto Educacional.

1 - Referente à temática proposta (" Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado: Características e Possibilidades), qual sua opinião?

- Adequada
- Adequada parcialmente
- Inadequada

2 - Como você avalia o conteúdo teórico apresentado na oficina?

- Adequado
- Adequado parcialmente
- Inadequado

3 - Como você avalia o tempo disponibilizado para a oficina?

- Adequado
- Adequado parcialmente
- Inadequado

4 - Sobre a proposta de desenvolvimento da temática (apresentação teórica + construção do documento norteador), qual sua opinião?

- Adequada
- Adequada parcialmente
- Inadequada

5 - Referente à perspectiva de reflexão crítica apresentada na oficina, qual sua opinião?

- Adequado
- Adequado parcialmente
- Inadequado

6 - Espaço para contribuições do participante:

Grata por sua participação!

Referências

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 14/07/2023.

DALBEN, A. I. L. de F. **Conselhos de Classe e Avaliação:** Perspectivas na Gestão Pedagógica da Escola. São Paulo: Papyrus, 2004.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 010/2021:** Organização Didática dos Cursos do IFC. 2021. Disponível em: <<https://ensino.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/12/Organizacao-Didatica-dos-Cursos-do-IFC.pdf>> Acesso em 12/07/2023.

LIBÂNEO, J. C. **O sistema de organização e gestão da escola** In: LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCKESI, C. C. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** Porto Alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12 fev./abr. 2000.

MORAES, D. R. da S.; STELLA, I.; TERUYA, T. K. **O conselho de classe participativo e sua materialidade na escola pública.** 2011. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5336_2501.pdf>

SUHR, I. R. **Avaliação da aprendizagem:** fundamentos e práticas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.

